



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681162 - SP (2021/0225071-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : KARINA RODRIGUES DE ANDRADE
ADVOGADO : KARINA RODRIGUES DE ANDRADE - SP340443
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO AUGUSTO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO AUGUSTO ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1503127-49.2019.8.26.0536).

O paciente foi condenado no primeiro grau à pena de 6 anos de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime fechado, por incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Proposta apelação perante o Tribunal de origem pela defesa, esta teve provimento negado.

Sustenta a impetrante que o paciente é primário e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça, além do fato das condições pessoais do paciente não demonstrarem que pretendia causar intranquilidade social, razão pela qual o juízo, ao fixar o regime inicial, não atendeu ao previsto na legislação, pois o regime inicial correto seria o semiaberto, haja vista que a condenação é inferior a 8 anos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para determinar que o paciente cumpra sua pena em regime inicial semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante alega como argumento central a primariedade do paciente. Entretanto, não juntou nenhuma prova nesse sentido. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia da folha de antecedentes criminais.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente